

CONFLITOS IDENTITÁRIOS NO OESTE BAIANO: CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA DO IMAGINÁRIO COLONIAL NA CONTEMPORANEIDADE


IDENTITY CONFLICTS IN THE WEST OF BAHIA: SYMBOLIC CONSTRUCTION OF
COLONIAL IMAGINARY IN CONTEMPORARY

Evenise Beatriz Sabatine

Mestre em Ciências Humanas e Sociais

Universidade Federal do Oeste da Bahia, Centro de Humanidades, Barreiras, Brasil

evenisesabatine78@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-7089-333X>

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo ●

RESUMO

As inúmeras transformações ocorridas no Oeste da Bahia, proporcionadas pela introdução de uma agricultura moderna e a formação de dicotomias sociais em parte do espaço agrícola, foi o estímulo inicial que levou ao desenvolvimento deste trabalho. Neste estudo, externa-se a colonização derivada da migração sulista nas décadas de 1970 e 1980 com a construção simbólica do imaginário colonial na contemporaneidade, expondo diversas frentes de mobilidade social e processos migratórios diferenciados, promovendo processos de segregação e preconceito no território. O objetivo principal é o de estabelecer uma discussão pertinente sobre como este imaginário foi construído e como a propaganda do local como espaço de oportunidades foi edificado e registrado na história a partir das fontes diversas, dos relatos em entrevistas, das cartas e documentos oficiais na construção negativa da imagem do nordestino em contraponto ao ideário do pioneirismo nas terras do cerrado.

PALAVRAS-CHAVE: Migração. Territorialidade. Representação. Identidade.

ABSTRACT

The countless transformations that took place in Western Bahia, provided by the introduction of modern agriculture and the formation of social dichotomies in part of the agricultural space, was the initial stimulus that led to the development of this work. In this study, the colonization derived from southern migration in the 1970s and 1980s is externalized with the symbolic construction of the colonial imaginary in contemporary times, exposing several fronts of social mobility and different migratory processes that processes of segregation and prejudice for this territory. The main objective is to establish a relevant discussion about how this imaginary was built, how the advertising of the place as a space of opportunities was built and recorded in history from different sources, reports in interviews, letters and official documents in the construction. negative image of the northeastern in contrast to the ideas of pioneering in the lands of the cerrado.

KEYWORDS: Migration. territoriality. Representation. Identity.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo delimita-se na análise das representações e identidades constituídas no município de Luís Eduardo Magalhães, localizado no Oeste da Bahia, caracterizado como 'Capital do Agronegócio' por consequência da migração sulista, predominantemente de descendência europeia, na década de 1970. O anseio está em revelar os sujeitos e a composição representativa da identidade e da memória no processo de ocupação do território, bem como contrastá-los na perspectiva analítica das categorias simbólicas do imaginário popular, da literatura, da ideologia e do poder, edificadas em diferentes espaços e tempos.

As narrativas são inicialmente norteadas pela ideia enraizada da herança do discurso colonizador, dentre as quais podemos apontar a exclusão e a homogeneização de sujeitos e espaços na composição social. A problemática de pesquisa contextualiza e apropria-se dos conceitos de colonialismo/colonialidade. Esses, *a priori*, caracterizaram a América Latina como o grande negócio europeu na colonização iniciada no século XVI, implicando consequências culturais, econômicas, políticas, de poder e de ordem epistêmica na atualidade. Este estudo remete às práticas neocoloniais que fomentou a (re)construção do território luiseduardense como espaço de representações, construções, invenções identitárias e suas consequentes dinâmicas de poder.

A estrutura do artigo sugere uma delimitação histórica e identitária do Nordeste e da Bahia, bem como as narrativas estereotipadas dos sujeitos nativos. Na sequência, um olhar para o Oeste da Bahia, destacando sua formação territorial e natural, fundamental para a inserção na proposta de econômica e expansionista do Estado, que fundamentou o desenvolvimento do agronegócio e das desigualdades locais.

2 O NORDESTE E A BAIANIDADE ESTEREOTIPADA

É comum assumirmos a naturalidade das composições demográficas e culturais que formam os recortes geográficos quando estes não utilizam denominações específicas como referência de pertencimento. Dificilmente nos indagamos sobre os processos que deram significados à regionalização ou que instituíram os sujeitos aos desenhos cartográficos.

Nesta perspectiva os conceitos de demografia e território vão se constituir como domínios de diversas ordens, que aplicarão nos fenômenos migratórios e demográficos seu

nicho de reflexão e investigação. Assim, quando se analisa a constituição da população enquanto fenômeno, permite-se que as estruturas de poder adentrem a vida cotidiana e suas possibilidades de controle, sujeição e segregação.

A história da região Nordeste e, conseqüentemente, dos nordestinos, reveste-se de multiplicidades que envolvem o olhar, a voz e o conteúdo humano que seus limites abrigam. Cabe ressaltar que, assim como apresenta Albuquerque Junior (2011), esses mesmos limites, territoriais e simbólicos, foram sendo moldados e reformulados ao longo do tempo¹.

Albuquerque Junior (2011) apresenta a opção de desconstruir o conceito de região como espaço natural. Nesta linha de pensamento, apresenta a concepção do que chama de “invenção do Nordeste”. Segundo ele, este termo seria o resultado de inúmeros processos oriundos de estratégias de regionalização, regidos por necessidades de diferentes grupos sociais em diferentes tempos históricos. Para o autor, a paisagem imaginária da região Nordeste que emerge no início do século XX foi fundada na saudade e na tradição. Não exercia mais o lugar de destaque na ótica naturalista-geográfica, mas, como dito acima, passou por um processo de redefinição.

O Nordeste é uma espacialidade fundada historicamente, originada por uma tradição de pensamento, uma imagística e textos que lhe deram realidade e presença. Poderíamos dizer que exerce em si a seara da diversidade. Porém, o termo mais apropriado neste cenário seria o da diferença. Essa diferença se fez historicamente, em uma composição heterogênea de sujeitos, lutas, intencionalidades, hábitos e costumes. No entanto, o encobrimento desta heterogeneidade possibilita, por causa ou efeito, a definição de um discurso identitário predominante.

O que ocorreu no Nordeste foi um processo fragmentado que só se mostrou coerente com o ideário regionalista identificado a posteriori. Com o objetivo de que o Nordeste se constituísse em uma representação do imaginário, foi necessário que práticas e discursos “nordestinizantes” surgissem de maneira dispersa, para serem reunidos num momento subsequente. Esse momento se fez, primordialmente, nas primeiras décadas do século XX quando os fenômenos da representação foram “costurados” de discursos e imagens.

1 Existem várias narrativas que circundam a região Nordeste, principalmente no campo dos discursos, sejam eles políticos, culturais, econômicos ou religiosos. É voz comum nas Ciências Sociais e na História que diversos grupos, em diferentes tempos, com intencionalidades específicas, apropriaram-se dos discursos e das narrativas para edificarem e perpetuarem a representação desta região como espaço de disseminação de miséria, misticismo, crendices e de banditismo.

Os estereótipos enraizados no imaginário nacional foram também influenciados pelas circunstâncias históricas e econômicas do país nesse período e serviram como alavanca para estruturar preconceitos e produzir uma reinterpretação sobre o Nordeste em diferentes níveis e conjunturas. Uma destas categorias que serviram aos envoltos representativos do regionalismo nordestino foram as produções literárias da década de 1930.

O movimento tinha como referência os romances de cunho regionalista, no qual os autores representavam a política, a realidade social, as condições climáticas, bem como a falta de investimentos e de recursos governamentais para amparar a população castigada pela fome em decorrência dos períodos de longa estiagem.

Um Nordeste representado pela seca, fome e miséria foi repassado para o restante do Brasil, arquitetando uma imagem de atraso e subdesenvolvimento. A linguagem nordestina constituiu-se em instrumento de identidade regional e expressão dos sentimentos do sertanejo. Concomitante ao aspecto dinâmico, diversificado e heterogêneo ao qual se atrela a região e, conseqüentemente, seus habitantes, no decurso do tempo esses mesmos veículos identitários sofreram inferências diversas.

A vocação regional de alguns dos nossos primeiros romances funda-se no mito do homem do campo como fundamento de nossa cultura e sociedade porque, no fim das contas, não vivíamos em um mundo urbano, burguês e moderno que pudesse, efetivamente, servir ao projeto de nação ao qual aspirávamos. Por isso, em tal sociedade pouco complexa, com núcleos de populações esparsos e isolados, o romance nasce com uma vocação ecológica, orientado pela conquista progressiva do território, sendo que, quanto à matéria, é regionalista e de costumes e quanto ao espaço, passa-se no campo, na selva e na cidade (CANDIDO, 1969, v. 2, p. 216).

Esta literatura focava o ideal de substituição da sociedade de moldes obsoletos, patriarcal, por uma emergente sociedade urbano-industrial. Cabe aqui um apontamento necessário. As estruturas sociais em modelos patriarcais não eram exclusividade no Nordeste brasileiro, tendo em vista a que também outras regiões nacionais apresentavam essa mesma característica, a exemplo do Sudeste com suas representações herdadas dos moldes coloniais.

Associado a este fenômeno depreciativo, relacionam-se ainda o conceito de regionalismo tradicionalista nordestino que se expressou de forma significativa como reação conservadora à “nova” sociedade moderna e capitalista que se implantava no país e que tinha sua representação ancorada no modelo Sul/Sudeste, baluartes do progresso e da modernidade que o país deveria vivenciar.

Porém, tomando a subjetividade como elemento de análise da obra *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, há um outro contexto, no qual a situação da vida do personagem Fabiano, em sua luta pela sobrevivência, lhe impele para o sentido contrário, dando as características emocionais do sertanejo.

As mazelas causadas pela seca, demonstradas no trato rude de Fabiano com o filho mais velho, são evidentes do modo sertanejo: “- *Anda, condenado do diabo, gritou-lhe o pai*”. Não significa, no entanto, falta de amor pelo filho, mas sim possibilidade do reflexo de uma estrutura social que o obrigou a ter o seco também nas falas.

Com efeito, como afirma Haesbaert (1997), toda identidade social e, no caso específico, toda identidade regional deve ser analisada como processos de identificação em curso, como potencialidades historicamente mutáveis e que estão em confrontação direta com outros grupos identitários.

A minha noção de baianidade se resume em concebê-la como um conjunto de elementos que serviram para definir a Bahia, dentre os quais, os referenciais do seu patrimônio histórico e arquitetônico, uma versão hegemônica de sua história, dos seus elementos mais tradicionais e dos aspectos mais ‘populares’: um olhar construído sobre sua ‘gente’, ou mesmo certo ‘modo’ de vida dos baianos, o quesito música, a culinária, as festas populares, a figura da baiana de acarajé, os artistas baianos, escritores, na construção deste ideal de baianidade. É preciso pontuar também que esta ‘identidade baiana’ não é uma invenção recente, mas sim, uma identidade que é histórica e atenta aos debates do seu tempo (CARVALHO, 2013, p. 16).

A problematização aqui sugerida envolve também essa perspectiva enquanto identidade e, por extensão, sua demarcação enquanto identificação. Hall (2011) analisa um processo de intensa fragmentação e deslocamento das identidades pelo mundo contemporâneo. O colapso da identidade passa a ser defendido como objeto resultante de mudança estrutural. Estas transformações por vezes alteram também a percepção das identidades pessoais, promovendo fenômenos atrelados à identidade, que podem representar crises identitárias ou, por contrário, só se torna uma questão de fortalecimento identitário.

Percebemos a importância de discutir o processo de identidade e identificação relacionado ao termo baianidade. Nessa perspectiva, é fundamental designar o que é ser baiano enquanto unidade cultural. Milton Moura (2001) muito bem manifesta em sua obra ‘*Carnaval e Baianidade*’ que baianidade é na verdade uma composição. Nela, escreve-se um texto identitário atribuído a um indivíduo ou grupos. O autor destaca elementos como a

religiosidade, a sensualidade, a intimidade e a familiaridade em relação constante com o passado e em conectividade com o continente africano.

Jorge Amado foi um dos proeminentes nomes da cultura baiana. Em suas obras descreve a beleza, a mágica e o mistério que envolve a identidade baiana. Sua poesia foi traduzida e apresentada ao mundo através de diversos veículos de mídias, com destaque para novelas, filmes e documentários. A Bahia se expressa na originalidade, tanto cultural e em especial na amplitude dos sentimentos, nos ritmos, nos dualismos e nos sincretismos. Jorge Amado, Flavio Damm e Carybé (1967, p.6) produziram '*Bahia Boa Terra Bahia*', uma obra que evidencia e reflete a singularidade da definição de "baiano" e expressa o conceito orgulhoso de baianidade.

Baiano quer dizer quem nasce na Bahia, quem teve este alto privilégio, mas quer dizer também um estado de espírito, significa certa concepção de vida, quase uma filosofia, determinada forma de humanismo. Eis porque homens e mulheres nascidos em outras plagas, se reconhecem baianos apenas atingem a fímbria desse mar de saveiros, as agruras desse sertão de vaquejadas e de milagres, os rastros desse povo de toda resistência e de toda gentileza. E como baianos são reconhecidos, pois de logo pode se distinguir o verdadeiro do falso. Aqui entre nós: tem gente que há vinte anos tenta obter seu passaporte de baiano e jamais o consegue pois não é fácil preencher as condições e como diz o moço Caymmi, nosso poeta, "quem não tem balangandãs não vai ao Bonfim" (AMADO; DOMM; CARYBÉ, 1967, p.4).

A identidade baiana ou a baianidade sempre esteve muito atrelada aos modelos de vivência experiência litorânea, na capital Salvador e no Recôncavo. A interiorização pelos territórios baianos se deu de forma recente e desarticulada. A forma esparsa de povoamento foi fortemente marcada pela economia de subsistência nesse espaço de condições climáticas mais áridas. Na interiorização vai emergir outra representação muito forte da Bahia. Litoral e Recôncavo agora passam a ter no processo de construção identitárias um novo arranjo, o Sertão, e a partir dele um novo sujeito, o sertanejo.

Destarte, onde se travam as batalhas do imaginário, travam-se também as disputas políticas e de dominação, os interesses dos sujeitos, dos grupos sociais, embatem-se com os interesses do Estado. As características estereotipadas apresentam-se ainda mais específicas quando tomamos por referência as narrativas, especificamente sobre a Bahia como espaço geográfico de análise. Sendo este um espaço dinâmico e heterogêneo, que teve significativo destaque no processo administrativo, político e econômico na história do Brasil.

Na proeminente obra da literatura nacional, “Os Sertões”², de Euclides da Cunha publicado em 1902, foram apresentadas imagens da composição do sertão nordestino que se enraizaram tão fortemente no imaginário nacional que, ainda hoje, aparecem firmemente reforçadas pelo discurso político, pelos veículos de comunicação e por diversas manifestações artísticas como pinturas, músicas, telenovelas, filmes etc.

Esta narra os acontecimentos sobre a Guerra de Canudos, que ocorreu no interior da Bahia durante os anos de 1896 e 1897. Trata-se de um relato histórico combinado com literatura, posto que Euclides foi convidado pelo jornal *Estado de São Paulo* para cobrir a guerra no Arraial de Canudos e, em decorrência de suas notas jornalísticas, surgiu sua obra.

Euclides da Cunha transborda na obra a descrição social, a interpretação histórico geográfica do meio físico, os tipos humanos e as condições de existência no Brasil. Imerso no prisma racial fundamentado no determinismo biológico, apresenta um desnivelamento entre as ‘raças humanas’.

Tal representação foi essencial na construção das representações sobre o sujeito nordestino/baiano em comparação aos modelos europeizados detentores do padrão superior. Essa insurgência desqualificava os processos de miscigenação, uma vez que, ao empregar termos como “raça menos favorecida”, “retrocesso”, “estigma da fronte escurecida”, exprimia um etnocentrismo exacerbado.

E o mestiço - mulato, mameluco ou cafuz - menos que um intermediário, é um decaído, sem a energia física dos ascendentes selvagens, sem a altitude intelectual dos ancestrais superiores. Contrastando com a fecundidade que acaso possua, ele revela casos de hibridez moral extraordinários... Impotente para formar qualquer solidariedade entre as gerações opostas, de que resulta, reflete-lhes os vários aspectos predominantes num jogo permanente de antíteses. ...o mestiço é um intruso. Não lutou; não é uma integração de esforços... A tendência à regressão às raças matrizes caracteriza a sua instabilidade (CUNHA, 1984, p. 101).

A Bahia está aqui sendo considerada como construção geográfica e histórica na perspectiva de fontes heterogêneas. Tais fontes, como produção jornalística ou publicitária, discurso literário, poesia, produção imagética, entre outros, podem ser analisados como compositores de um mesmo discurso, tal qual pressuposto na teoria sociológica do *Círculo de Bakhtin*³, em suas noções de interação, dialogismo, ideologia do cotidiano e discurso.

2 Percebe-se que em ‘Os sertões’, Euclides da Cunha reverbera influências para além da cobertura jornalística sobre o movimento. As descrições dos tipos sertanejos, bem como seus hábitos e religiosidade singulares, denotam em Euclides da Cunha o objetivo de realizar a comparação de uma cultura à outra.

³ Esses conceitos na perspectiva sociológica consideram os enunciados das comunicações humana como marcados pelos valores axiológicos do contexto sócio-histórico.

Assim, colaboram, cada qual na sua especificidade, na construção desta representação em perspectiva polifônica, permeados de muitos enunciadores.

Haesbaert (2004) corrobora tal concepção ao afirmar que o território se constitui da apropriação simbólica e cultural, bem como da dominação política ou econômica. Na Bahia, as questões culturais atreladas à formação da identidade deste espaço foram marcadas por diversidade e pela miscigenação entre europeus, negros e indígenas. Um fator importante e determinante na composição histórica e social da Bahia refere-se à presença marcante do legado cultural negro oriundo da escravidão colonial.

A presença da cultura afrodescendente é muito representativa na Bahia em diversos segmentos. Podemos percebê-la como produto de uma consciência, ainda que difusa de pertencimento, na qual exista, como expressa Chauí (2000), um mito fundador que “oferece um repertório inicial de representações da realidade e, em cada momento da formação histórica, esses elementos são reorganizados” (CHAUI, 2000, p.10).

Pode-se entender que o significado dado pelos negros ao lugar e às experiências ali vivenciadas se tornou o alicerce para a estruturação dos grupos sociais, que buscam permanecer no tempo e no espaço. Castells (1999) entende a identidade social como sendo a “fonte de significação e experiência de um povo” (p. 22). Pode-se dizer que a religiosidade, assim como toda a cultura negra é, por definição, sincrética. Os grupos passam a apresentar uma conexão com o seu lugar de origem, constituindo identidade com o território. As identidades assim determinam consequências geográficas por vezes contraditórias que ocorrem devido às relações sociais.

[Há] identidade de resistência, criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos (CASTELLS, 1999, p. 24)

Cabe novamente referência à Stuart Hall (1997) na discussão das identidades. Ele sugere que, ao analisarmos identidades e suas características fundamentais, correlacione-se à questão os recursos produzidos pela história, pela linguagem e pela cultura para a produção não daquilo que somos, mas, em especial abordagem, daquilo no qual nos tornamos. Sugere que a evidência maior nos estudos sobre identidade extrapola o paradigma das questões sobre “quem nós somos” ou “de onde viemos”, e remete a “quem nós podemos nos tornar”, “como nós temos sido representados” e “como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios” (1997, p. 108).

A Bahia é caracterizada como a terra onde se praticam certos costumes, cujo povo exercita certo modo de agir e como um lugar que fisicamente possui certas características. Assim, a representação da Bahia, dos baianos, da sua história, seu contexto e sua importância no cenário brasileiro ultrapassam, como aponta Guimarães (2002), o estereótipo do “baiano”, da transnomação de gente do norte e do nordeste, construído ao longo do século XX no sul e no sudeste do Brasil. Tal metonímia enraizou, na narrativa e no imaginário, o baiano como o migrante pobre, sem estudos e/ou ignorante, sujeitos preguiçosos e vagabundos, gente de pele escura ou parda e de segunda classe.

De acordo com Hall (2000, p. 8), as identidades culturais são “aqueles aspectos de nossas identidades que surgem de nosso “pertencimento” a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais”. Bourdieu (2008) sugere que as classificações como as que aparecem nos estereótipos são instrumentos de poder. Nelas, os grupos, pautados em seus interesses, travam uma espécie de luta social. Os interesses transitam em um determinado campo, numa ordenação hierárquica entre sujeitos que interagem em um mesmo contexto histórico.

Violência simbólica, violência suave, insensível, invisível as suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento, ou em última instância, do sentimento. Essa relação social extraordinariamente ordinária oferece também uma ocasião única de apreender a lógica da dominação, exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante quanto pelo dominado, de uma prioridade distintiva, emblema ou estigma, dos quais o mais eficiente simbolicamente é essa propriedade corporal inteiramente arbitrária e não predicativa que é a cor da pele (BOURDIEU, 1999, p.7).

Segundo Zanlorenzi (1998), a representação do baiano preguiçoso começou a ser fortalecida com a intensificação das ondas migratórias para o eixo Rio-São Paulo no século XX. O estereótipo da preguiça baiana está contido em um campo de significados depreciativos, pejorativos. Em um espaço de disputa como o que se construiu no município de Luis Eduardo Magalhães, ao estereotipar o baiano como preguiçoso, indolente e vadio, há, por parte dos sujeitos migrantes sulistas, intencionalidade de desqualificá-lo e o posicionar em um “lugar” de inferioridade ou incapacidade.

3 Oeste Baiano na perspectiva colonizadora sulista

Apropriadamente no decorrer deste estudo as questões atreladas à formação territorial e sua conceituação vieram à tona. A abordagem pretendida sobre a formação do

território do Oeste da Bahia almeja reconhecer o território em movimento, na perspectiva dialética, envolvendo fenômenos, eventos, marcos e movimentos na trajetória temporal e na dimensão geográfica.

A construção histórica deste território, em termos de periodização, pode ser relacionada com a perspectiva conjuntural eurocêntrica do século XVI, quando se inaugura um marco divisor nas concepções econômicas e políticas com precedentes marcantes na história. Neste contexto, o colonialismo emergiu como estratégia para a detenção de monopólios que abrangeram esferas também ideológicas e sociais.

Otoya (2012) esclarece que a abertura de uma nova fronteira tinha como objetivos fortalecer os pilares básicos da acumulação primitiva de capitais: a terra e as novas possibilidades de aglomerados populacionais que direcionariam as imposições culturais, administrativas, religiosas e territoriais. A esta fronteira sustentada na terra e no ouro, bem como suas consequências, Otoya (2012) acrescenta ainda a fronteira da imaginação, uma referência direta do contexto de descoberta e tomada do novo mundo sustentado em uma perspectiva de providência divina, na associação do cristão europeu como sendo o eleito de Deus e, assim sendo, pronto para execução da acumulação de capitalista.

No entanto, o cerne da discussão não se finda nas análises do espaço geográfico, das territorialidades, do poder, ou da cultura que gerou relações socioeconômicas desfavoráveis na exploração capitalista do espaço ou na ideologia colonizadora europeia sobre o Brasil, mas insere-se também nas estruturas mais contemporâneas e neocolonizadoras aplicadas ao Oeste da Bahia.

Metodologicamente pautada na proposta de Vasconcelos (2009), a periodização como suporte investigativo proporciona a possibilidade de analisar eventos de longa duração no âmbito da geografia histórica. Essa longa duração localiza-se no contexto colonial e escravista que, segundo o autor, impactou profundamente os elementos de organização administrativa dos assentamentos humanos na província baiana.

Eventos significativos como esses e demarcadores desse período duradouro ocasionaram modificações na sociedade em geral e na sociedade urbana em particular, “assim como nas funções, nas estruturas e formas espaciais. Esses períodos, embora possam ser de curta duração, eu proponho que sejam chamados de ‘períodos densos’” (VASCONCELOS, 2009, p. 148).

A compreensão analítica sobre a composição histórica e geográfica do Oeste da Bahia é de fundamental importância. Afinal, neste arranjo estão apresentados os movimentos essenciais para a compreensão da composição, articulação política e

econômica que deu a este território características próprias. A historicidade e a periodização são baluartes para a compreensão dos processos que forjaram as problemáticas discutidas neste estudo, com destaque aos movimentos de ocupação/colonização, processos migratórios e de produção, identidade e segregação.

Para fins de definição, pretende-se analisar a formação territorial do Oeste da Bahia, o recorte que compreende municípios geograficamente localizados à margem esquerda do Rio São Francisco. Esta definição se faz necessária para que não haja associação errônea com a região Oeste da Bahia que representa as estruturas econômicas e administrativas do Estado. Conforme Brandão (2009), este recorte delimitado apresentou particularidades características que evidenciaram sua construção e deram a configuração política e territorial que conhecemos.

Ações exógenas marcaram as políticas de integração territorial do governo federal, em especial na década de 1960, ocasionando transformações no cenário econômico do Oeste da Bahia. Tais investimentos, que tiveram como foco proeminente a infraestrutura, aliaram-se aos incentivos fiscais e aos baixos preços da terra para evidenciar a região, especialmente na região Sul do Brasil. O Estado apresentou-se neste contexto como legitimador da proposta de modernização dos rincões ainda não tocados pela agricultura extensiva, atrelado ao discurso da prosperidade econômica e desbravamento destas terras.

A partir da década de 1970, migrantes sulistas impulsionados pelo chamariz ao pioneirismo e pela grande disponibilidade de terras chegaram ao oeste baiano. Na década de 1980, há uma intensificação da expansão da fronteira agrícola moderna, como indica Haesbaert (1995).

A proposta de modernização para o Oeste da Bahia insere-se na modelagem conservadora e se deu quando a agricultura do estado passava por um processo de pouco dinamismo e assim incentivou o investimento para espaços pouco ou nada desenvolvido economicamente ao Oeste. Tal empreendimento aconteceu em dois momentos: o primeiro vislumbrava o projeto de interiorização do território baiano e o segundo estava atrelado às propostas de ampliação da economia globalizada.

Pode-se dizer que a ocupação se caracterizou por um elitismo pioneiro sulista. A apropriação das terras cultiváveis aconteceu, majoritariamente, pela legitimação do processo de grilagem e pela execução de políticas de regularização fundiária que priorizou uma estrutura extremamente desigual de acesso à propriedade

Atuando com o apoio de organismos do governo do Estado, as estruturas de poder regional ajudaram a quebrar, literalmente, a resistência à

implantação do novo modelo agrícola nos cerrados. Foram as alianças que ocorreram entre, de um lado, representantes do aparelho de Estado e grandes grupos econômicos nacionais, e, do outro, figuras tradicionais do poder local, como antigos coronéis e grileiros, que obrigaram os pequenos produtores, posseiros e até grandes proprietários de terras de origem regional a disponibilizar a venda de suas propriedades nas áreas de cerrados aos grupos econômicos que se apresentavam (SANTOS, 2007, p. 83).

A partir da década de 1970, com o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) essas ações se tornam mais fortes. Desde que veio a público e ao longo de sua execução foi objeto de acaloradas polêmicas. Como pontua Pinto (2004, p.55), “o II PND colocou ênfase no apoio às indústrias de bens de capital e de bens intermediários, procurando reforçar a importância do controle nacional do capital, o processo de substituição de importações e o potencial exportador”.

Em termos práticos estes projetos tiveram uma função bastante específica a priori: estavam preparando as terras do cerrado, em termos de produtividade, incentivos e investimentos em pesquisa para, posteriormente, absorver de forma eficiente a injeção de capital japonês que viria do PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados). Este programa representou a maior intervenção capitalista e tecnológica até aquele momento neste espaço. O crédito subsidiado foi o mais importante instrumento da modernização agrícola.

A partir disto percebeu-se a edificação de espaço de transformações econômicas, espaciais e sociais. O projeto de modernização acarretou uma série de transformações nas formas de produção do espaço, sendo a ruptura dos modos tradicionais de uso da terra uma das principais. No panorama social, no entanto, desnudou desigualdades, uma vez que as necessidades de investimentos em qualidade de vida e maior distribuição de renda e serviços básicos não foi homogênea.

Nos espaços onde o PRODECER foi implantado, as mudanças foram constatadas. O capital, em sua lógica de expansão, apropriou-se dessas novas áreas e transformou-as em função de seus interesses, alterando sua estrutura e conteúdo. Nessa transformação, a agricultura passou, a partir da atuação de grupos monopolistas, a ser subordinada à indústria e ao capital financeiro, tornando-se cada vez mais uma atividade dependente da indústria processadora de produtos agrícolas e produtora de insumos, máquinas e implementos agrícolas (MATOS; PESSOA, 2014, p. 11).

As décadas de 1980-1990 promoveram um significativo aumento nos índices populacionais para o Oeste da Bahia, impulsionados pelos exemplos dos migrantes da primeira onda, mas também de grupos de outras regiões do país e do estado. Em sua

maioria esses grupos eram compostos por trabalhadores de diversos segmentos interessados na crescente economia.

A nomenclatura convencional para definir o rápido processo de modernização agropecuária que ocorreu neste espaço é o de expansão de fronteira agrícola. Mediante a massiva introdução e disseminação de propostas de ocupação, amplamente subsidiadas pelos incentivos de governos e de créditos agrícolas facilitados, associado à implantação de infraestrutura e o desenvolvimento de tecnologias para o melhoramento dos solos, o Oeste da Bahia passou a desempenhar um papel importante no cenário nacional e internacional na produção de grãos (SANTOS *et al.*, 2012).

A dinâmica para a compreensão da migração e da expansão das fronteiras requer compreender a estratégia capitalista para subsidiar um movimento complementar de expansão da agricultura moderna. Este associa a mobilidade de determinados grupos e do capital atrelado à estrutura já dominante do cooperativismo agrícola praticado nos estados do Sul do Brasil.

No processo de expansão do agronegócio, Denise Elias (2011, p. 160) identifica diversas cidades, em várias partes do território nacional, cuja criação, existência, crescimento econômico e urbanização crescente decorreram, diretamente, da expansão do agronegócio em seu território.

Nestes novos arranjos produtivos, surgem as cidades do agronegócio, espaços urbanos voltados à gestão local e regional do agronegócio mundializado. Desta forma, na cidade do agronegócio, há hegemonia no atendimento das demandas do agronegócio globalizado em relação às demais demandas, ou seja, a economia urbana depende de algum produto agrícola ou de seu beneficiamento industrial (ELIAS, 2011, p. 162).

A economia e cultura do Oeste da Bahia estiveram e estão fortemente ligadas à colonização sulista e seus costumes e tradições, ampliando as disparidades econômicas, culturais e representatividades sociais. Para Haesbaert, "o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem cultural" (HAESBAERT, 2009, p.79).

Há que se repensar continuamente os campos analíticos no que se refere à territorialidade. Assim, amplia-se a capacidade de fomentar relações no campo simbólico, afetivo, técnico, econômico, político e, inclusive, disciplinar, pois está "[...] intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar" (HAESBAERT, 2005, p. 67).

Para Costa e Mondard (2013), a atração de migrantes para o Oeste Baiano pode ser explicada pela oferta de terras a baixos preços e características físicas naturais propícias ao plantio de grandes monoculturas tecnificadas. O projeto, estava voltado para a criação de fazendas de grande porte, com agricultores com grandes suportes empresariais, e a utilização de novas tecnologias de ponta.

Em municípios como Luís Eduardo Magalhães o processo de reterritorialização se manifesta pelo incremento de forte migração de cidades do próprio estado, atraídas pelo desenvolvimento direto e indireto do agronegócio, configurando-se em novas reterritorializações. Segundo Haesbaert (2009), os sulistas, descendentes principalmente de alemães, italianos e japoneses migram para essa área da Bahia com o intuito de “desterritorializar” e flexibilizar os espaços rurais e urbanos sobre a ótica do agronegócio. Para Haesbaert (1997), a desterritorialização se traduz como uma reorganização de hierarquia pressupondo um choque de desigualdades e readequações hegemônicas.

Quando emergem discussões sobre processos que promovem segregação na formação dos espaços urbanos, é importante ressaltar o aspecto relacional, ou seja, só existe segregação de um grupo em relação à posição ocupada pelos outros grupos. É justamente nesse componente relacional que vão se basear as medidas de poder de um determinado grupo social em relação a outro.

O território no município de Luis Eduardo Magalhães passou, desde a década de 1970, por significativas transformações na infraestrutura e “uma série de conflitos entre posseiros e grileiros, entre o campesinato e o agronegócio, não raro acabando em expropriação, violência e sangue” (SOBRINHO, 2010; 2015), na ocupação dos espaços.

Com base na obra ‘*A produção do espaço*’, de Lefebvre (2000), Haesbaert (1995, 1997, 2004, 2005) aplica ao conceito de territorialização o sentido de dominação e apropriação do espaço que se dá no processo próprio de produção desse espaço, tanto material quanto simbólico.

Segundo o autor, a territorialização exercida pelos migrantes sulistas é conexo ao processo de desterritorialização que vivenciaram em relação às terras que ocupavam no sul do país, assim como o de (re)territorialização em novas propriedades no Oeste da Bahia. Santos (1993, p. 197) revela que assim foi criada a categoria do ‘colono modelo’: “pequenos produtores tecnificados, cujas origens serão evocadas, isto é, descendentes de imigrantes europeus ou japoneses”. Já Sampaio (2019) analisa que no processo de ocupação sulista, também houve a desterritorialização dos grupos tradicionais camponeses

e “*geraizeros*”, historicamente ligados à estas terras que se tornaram alvo da expansão do agronegócio.

Aníbal Quijano (1992), referência nos estudos sobre colonialismo e decolonialidade, enfatiza que a colonização na América Latina, por mais que tenha sido findada, ainda reverbera mecanismos simbólicos e uma rede de subalternidade. Segundo ele, a legitimação da modernidade se fez sobre o discurso da superioridade do colonizador em enfrentamento à barbárie do colonizado. Mignolo (2010) amplia o arcabouço conceitual sobre a colonialidade, estabelecendo que, camuflado na retórica da modernidade, a segregação se tornou um aspecto ‘natural’, legitimado em nome do sucesso econômico potencial que, supostamente, fomentariam a igualdade, mas que são, efetivamente, estratégias de poder colonizante.

Nessa linha de raciocínio, pode-se determinar que as práticas sulistas de enraizar a diferença quanto aos sujeitos nordestinos acata uma proposta anterior de confirmar a superioridade europeia civilizada sobre a barbárie e que reproduz o *modus operandi* de produção de exclusões coloniais e modernas.

Na concepção de Souza Santos (2010, p. 32), as estruturas dos contextos estabelecem-se através de linhas, em sua maioria radicais, que categorizam a realidade social em duas: o universo “deste lado da linha” e o universo “do outro lado da linha”. Existem novos arranjos da colonialidade abissal toda vez que se divide em duas linhas invisíveis a realidade social, impossibilitando presença de ambos os lados em um mesmo contexto social ou territorial.

No começo quando cheguei sulistas só podiam se relacionar com sulistas e percebia conflitos entre as duas culturas, gaúchos e nordestinos. Hoje estamos muito misturados, tem ainda gente que não gosta de gaúcho, existe uma restrição com a vinda dos gaúchos para o lugar. Fui um dos membros fundadores da associação, que junto com os poucos moradores que tinha nos unimos para montar uma associação e assim ver se traziam o poder público para o nosso lado (SCHLOSSER, 2014, p. 23).

Projetos de produção que tem seu conteúdo com memórias de pioneiros de determinadas cidades ou municípios, em especial, apresenta significativa contribuição para entender a ideia de Souza Santos (2010), uma vez que seu conteúdo é permeado de histórias muitas vezes ainda não registradas por outro meio, estando exclusivamente na memória dos sujeitos selecionados em uma das linhas.

Exemplo são as narrativas analisadas selecionadas em um livro intitulado “O Município e a Saga dos Pioneiros”, de Maria Dania Junges⁴ produzido em 2004 pela Editora Gráfica Velci. O material é resultado de uma produção em parceria com diversos grupos e segmentos econômicos da cidade e uma realização da Prefeitura Municipal e da Câmara Municipal de Luís Eduardo Magalhães.

A efetivação da história e da “identidade cultural” no município foi oficializada através da narrativa do pioneirismo e trabalho do migrante sulista, sendo referência nas escolas públicas e privadas municipais uma vez que foi distribuído e depositado em suas bibliotecas.

O futuro plantado com o suor dos rostos claros dos pioneiros sulistas que chegaram de mala e cuia pertence a todos. Assim como a riqueza gerada que deve crescer ainda mais. Os duros tempos, quando os velhos tratores viravam a terra sem saber dos resultados, foram deixados para trás, mas não esquecidos. Na verdade, são motivos de orgulho, pois provaram que os ensinamentos dos avós europeus, com sua cultura apoiada no trabalho, na disciplina e na organização, foram consistentes (JUNGES, 2004, p.111).

Embora a sustentação do discurso sobre pioneirismo evidencie a chegada e a relevância no desenvolvimento local, nem todos os que chegaram nos anos 1970 e 1980 foram publicamente homenageados na obra como pioneiros. Assim, os registros acerca da fundação do município destacam, sobretudo, os que ascenderam socialmente, economicamente e se tornaram lideranças, principalmente políticas.

A construção do conceito de pioneirismo na cidade de Luís Eduardo Magalhães, por vezes não citada publicamente ou mencionada de forma honrosa, contou com famílias que não ascenderam socialmente, mas que compartilhavam uma trajetória de chegada e permanência semelhante, mas que não foram reconhecidos como pioneiros. Ao desconsiderar as famílias de grupos étnicos diferentes na construção da narrativa pioneira observa-se que os agentes da colonização privilegiaram os que eram considerados seus pares e desprezaram os outros, contrastantes em uma comunidade pioneira sulista de descendência europeia.

⁴ MARIA DANIA JUNGES. (DRT- 3997-RS). Jornalista, documentarista, escritora, coach, consteladora familiar sistêmica e educadora sistêmica. Estudou na instituição de ensino Unisinos. Foi proprietária da empresa *Pro Gente Editora*, Publicidade, Cursos e Treinamento em Luís Eduardo Magalhães, Bahia.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A composição dessas narrativas gerou tradições particulares e funcionais para pensar a(s) cultura(s) como protegidas dentro de um território delimitado por fronteiras. Possuir uma identidade cultural se revelaria no estar primordialmente em contato com um uma linha de conectividade entre o passado e o presente.

Assim sendo, os sujeitos, bem como sua herança histórica e cultural, interagem com outras dimensões de diferença, tais como de etnia, de classe, de gênero e atuam para obter acesso aos bens materiais e simbólicos dos lugares, do imaginário social e das riquezas materiais e simbólicas no território. A produção em Luis Eduardo Magalhães serviu, desde o processo de colonização na década de 1970 até os dias atuais, a um propósito de exploração, abrangência do capitalismo e das relações de poder.

Assim como ocorreu na colonização do século XVI, o processo migratório sulista de descendência europeia, com objetivo de colonizar a partir da expansão das fronteiras agrícolas no Oeste da Bahia, merece destaque nas análises sobre cultura, territorialidade e discurso colonizador. Destaca-se o discurso etnocêntrico e seu mecanismo de estereotipar, subjugar e inferiorizar os não descendentes europeus, marcas presentes nas relações socioraciais no município de Luis Eduardo Magalhães.

A pesquisa utilizou uma obra institucional financiada pelo município para análise de discurso que anuncia e expressa conteúdo em narrativas colonialistas, enaltecendo e identificando o sulista como representação cultural e modelo laboral em negação ao com o baiano/nordestino. A perspectiva da construção do imaginário estereotipado e pejorativo do nordestino em contraposição aos discursos os sulista revelam a interseccionalidade do tema e trazem a emergência de se considerar diferentes construtos sociais, além da raça, classe social e composição cultural, na produção de conhecimento de uma maneira geral, além de promover novos modos de pensar os emaranhados processos de (re)construção das identidades contemporâneas em espaços de disputa.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia**. 2. ed., São Paulo: Cortez, 2012.

AMADO, J; DAMM, F; CARYBÉ. **Bahia Boa Terra Bahia**. Rio de Janeiro: Ed. Imagem, 1967.

ANDRADE, A.B. A ocupação dos sertões no século XVIII. O caso do oeste baiano. **Geosul, Florianópolis**, v. 28, n. 55, p 77-102, jan./jun, 2013.

ASSIS, W. F. T. Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo. In: **Caderno CRH**, v. 27, n. 72. Salvador: set-dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v27n72/11.pdf> -Acesso em 15 de dez de 2020.

BRANDÃO, P. R. B. Um Território Indiferenciado dos Sertões: A Geografia Pretérita do Oeste Baiano (1501-1827). **Boletim Goiano de Geografia**, n. 29, v.1, p. 47-56, 2009.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Editora Zouk, 2008.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand/Difel, 1989.

BRANDÃO, P.R.B. A formação territorial do Oeste Baiano: a constituição do “Além São Francisco” (1827-1985). **GeoTextos**. Salvador, vol. 6, n. 1, pp. 35-50, 2010.

CANDIDO, A. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. 3.ed. São Paulo: Martins, 1969.

CASTELLS, M. **O Poder da Identidade: a era da informação**. Economia, Sociedade e Cultura. Vol. 2. 2ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CERTEAU, M. **A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer**. Petrópolis, Vozes, 1994.

CHARTIER, R. **A História cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1991

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2000.

CUNHA, E. **Os Sertões**. São Paulo: Três, 1984

ELIAS, D. Ensaios sobre espaços agrícolas de exclusão. In: **Revista NERA** (UNESP), Presidente Prudente (SP), v.1, n.8, p.29-51, 2006a

HAESBAERT, R. **Desterritorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste**. Niterói: Eduff, 1997.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. Dilema de conceitos: espaço- -território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Território e territorialidades: teoria, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

HAESBAERT, R. A desterritorialização: Entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E., *et. al.*, **Geografia: Conceitos e temas**. 5ª. Ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, São Paulo, USP, AGB, p. 6.774-6.792, 20 a 26 de março de 2005.

HALL, S. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. In: **Educação & Realidade**. jul/dez, p. 15-46, 1997.

HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. (1ª impressão revista) Belo Horizonte/Brasília: Editora UFMG/Unesco, 2011.

LEFEBVRE, H. A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: **La Production de l'espace**. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

MATOS, P. F.; PESSÔA, V. L. S. A apropriação do Cerrado pelo agronegócio e os novos usos do território. *Campo, território: revista de geografia agrária*, v. 9, n. 17, p. 6-26, abr. 2011

MIGNOLO, W. **Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010.

MOURA, M. A. **Carnaval e Baianidade: arestas e curvas na coreografia de identidades do Carnaval de Salvador**. Faculdade Comunicação: Universidade Federal da Bahia, 2001.

OTOYA, M. G. Encubrimiento de América. **Boletim de História e Antiquidade**. Vol. XCIX, n.855. Diciembre, 2012

PINTO, M. A. C. **O BNDES e o Sonho do Desenvolvimento: 30 Anos de Publicação do II PND**. 2004.

QUIJANO, A. **Colonialidad y modernidad/racionalidade**. *Perú Indígena*, Lima, v.12, n.29, p.11-20, 1992.

QUIJANO, Aníbal; WALLERSTEIN, Immanuel. Americanity as a Concept, or the Americas in the Modern World-System. **International Social Science Journal**, n. 134, 1992.

SANTOS, B. S. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes, In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, C. C. M. **Oeste da Bahia**: modernização com (des)articulação econômica e social de uma região. 2007. 239 f. Tese Universidade Federal da Bahia - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Salvador, 2007.

SANTOS, C. C. M. **Oeste da Bahia**: trilhando novos e velhos caminhos do Além São Francisco. Feira de Santana: Editora da Uefs. 2012

SOBRINHO, J. de S. Territorialização e desterritorialização dos camponeses geraizeiros do Vale do Arrojado no oeste baiano. In: ALVES, Vicente Eudes Lemos (Org.), **Modernização e regionalização nos cerrados do Centro-Norte do Brasil**: Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e do Piauí e Leste de Tocantins. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

VASCONCELOS, P. de A. Questões metodológicas na geografia urbana histórica. **GeoTextos**, 5.0 Disponível em: <https://doi.org/10.9771/1984-5537geo.v5i2.3791>, 2010.

ZANLORENZI, E. **O mito da preguiça baiana**. Tese de Doutorado em Antropologia. São Paulo: USP, 1998.

NOTAS

TÍTULO DA OBRA

CONFLITOS IDENTITÁRIOS NO OESTE BAIANO: CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA DO IMAGINÁRIO COLONIAL NA CONTEMPORANEIDADE.

Evenise Beatriz Sabatine

Mestre em Ciências Humanas e Sociais

Universidade Federal do Oeste da Bahia, Centro de Humanidades, Barreiras, Brasil

evenisesabatine78@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-7089-333X>

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Em Tese** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution 4.0 Internacional \(CC BY\)](#). Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Publicado no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

HISTÓRICO

Recebido em: 31/08/2022

Aprovado em: 02/03/2023